

Intelectuais e o imaginário da hispanidade como projeto cultural para a Iberoamérica: A Revista Estudios Americanos (Sevilla), década de 1950

MARCOS GONÇALVES \*

## INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido trata-se de uma investigação cujos rumos preliminares focalizam o papel assumido pela Revista Estudios Americanos de Sevilla (Espanha). Entendida como “pequena sociedade de pensamento” nos termos propostos por Carlos Altamirano, ela é examinada aqui como um dos instrumentos do franquismo para estreitar vínculos com a Iberoamérica durante os anos 1950. Como definiu Altamirano, as revistas culturais se constituem em formas de projeção do meio intelectual assim como se inscrevem em fontes para a história das ideias, servindo tanto aos desígnios de ordem simbólica no campo intelectual quanto a projetos políticos de maior envergadura. Tais produtos não estão restritos a “capítulos” de histórias nacionais individualizadas, mas articulam referências de universos culturais nos quais vicejam sensibilidades ampliadas situadas entre o local, o nacional e o transnacional:

*A través de ellas se pueden estudiar las direcciones y las batallas del pensamiento en las sociedades modernas y hacer un mapa de las líneas de sensibilidad de una cultura en un momento dado. Pero las revistas son también una forma de agrupamiento y organización de la intelligensia y una historia de los intelectuales no podría obviarlas (ALTAMIRANO, 2010:19-20).*

É o mesmo autor que nos fornece a concepção de “intelectual”. Como fórmula mínima, “intelectual” é um conceito movediço que transita entre as considerações de ordem sócio-profissional, ética e ideológica, e irremediavelmente, integra-se aos interesses da tipologia cultural na qual se inserem as publicações especializadas. É por isso que para Altamirano o conceito de intelectual resulta irreduzível ao de uma categoria tão e somente sócio-profissional. Ela se define como ampla, não circunscrita a uma classe social, senão a um conjunto de pessoas que possuem conhecimentos especializados “y aptitudes cultivadas en diferentes ámbitos de expresión simbólica (literatura, humanidades, derecho, artes, etc.), y que proceden de diversas profesiones” (ALTAMIRANO, 2008:14). Conectados entre si por uma série de interesses comuns embora não homogêneos, esses indivíduos do pensamento reúnem-se em:

*... instituciones, círculos, revistas, movimientos, que tienen su arena en el campo de la cultura. Como otras élites culturales, su ocupación distintiva es producir y transmitir mensajes relativos a lo verdadero (si se prefiere: a lo que ellos creen verdadero), se trate de los valores centrales de la sociedad o del significado de su historia, de la legitimidad o la injusticia del orden político, del mundo natural, o de*

---

\* UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná - campus de Paranaguá. Professor Adjunto. Doutor em História.

2

*la realidad transcendente, del sentido o del absurdo de la existencia.*  
(ALTAMIRANO, 2008:14-15).

Atentos a esta dupla argumentação, a fonte que nos ampara tem o acervo localizado na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná – Seção de Periódicos, e foi alvo de catalogação e registro durante os dois meses finais do ano de 2012. A operação resultou no levantamento completo da coleção da Revista Estudios Americanos disponível aos usuários e consulentes. O acervo sofre de uma interrupção na sua série, iniciando apenas em 1954, quando a revista já era editada e distribuída desde 1948. Além de justificarmos essa lacuna na periodização pela ausência do material, tal aspecto acabou por também direcionar algumas escolhas quanto ao lugar que ocupam os problemas de pesquisa. O nosso propósito é, igualmente, estabelecer um aprofundamento sobre o tema da relação entre intelectuais e hispanidade, objeto de estudo para o qual já dedicamos alguns esforços de reflexão anteriores (GONÇALVES, 2011:111-135). Será contada aqui, minimamente, parte da história da Revista Estudios Americanos e de suas interações com o universo iberoamericano numa conjuntura de transformações e dilemas dos processos políticos que a recobrem. De igual modo, atribuímos significado às possibilidades de sua inserção no duplo contexto político, cultural e ideológico quando do seu surgimento para a Espanha e a América, e cuja relevância é majorada quando visualizamos a imersão dos intelectuais de ambos os lados do Atlântico nas temáticas mais recorrentes da publicação. Assim, seja através de um amplo programa de contactos culturais com vistas a “redescobrir a América”, ou pelo protagonismo de intelectuais espanhóis e iberoamericanos no circuito Espanha-América, nossas hipóteses iniciais de trabalho sinalizam para certa ordem de argumentação. Primeiro, que a Revista Estudios Americanos situa-se no contexto em referência como mediadora cultural que exorta uma “unidade de destino comum” a partir do imaginário da hispanidade, termo absolutamente central na fundamentação que rege a importância da presença ancestral da Espanha na América. Segundo, que os grupos de intelectuais comprometidos com o projeto da Revista (embora caiba identificar suas evidentes heterogeneidades em estudos futuros); pela recíproca apropriação e circulação de ideias procuravam revisar e recuperar o paradigma das grandezas pretéritas do império espanhol em outro duplo contexto que é um desdobramento do mencionado anteriormente: 1) afirmação e reconhecimento do franquismo nas suas relações com a América; 2) dar a conhecer, pela expressão dos seus pensamentos no âmbito dos países americanos, uma cultura política orientada por sua natureza autoritária e conservadora, de

3

índole teológico-política (daí o núcleo discursivo emergir do catolicismo), e ainda, uma orientação claramente antiesquerdista e de moderada e instrumental reaproximação com a política dos Estados Unidos. Procuramos quanto possível reafirmar a noção de que as revistas culturais representam um lugar multifacetado no qual os segmentos intelectuais envolvidos na sua produção e divulgação não se limitam a espaços nacionais determinados e específicos, sendo o seu alcance transnacional. Tais grupos estabelecem suas estratégias intelectuais que conformam sensibilidades políticas ou constelações ideológicas aparentadas em sua natureza e diferenciadas em sua concretização.

### **REVISTA ESTUDIOS AMERICANOS – PRIMÓRDIOS**

Fundada em 1948, a Revista Estudios Americanos <sup>1</sup> integra-se na ampla constelação de interesses estratégicos desenvolvidos pelo franquismo após o fim da guerra civil espanhola (1936-1939) quanto ao modelo de relações políticas que os dirigentes espanhóis pretendiam encetar com a Iberoamérica, Brasil, inclusive. A REA teve encabeçando seus principais postos de direção e redação até, pelo menos, 1961, ano que representa o ponto de chegada da nossa coleção, catedráticos bastante sintonizados com o projeto político-cultural do franquismo para as Américas. O incentivo para sua criação partiu de intelectuais que tinham vínculos com a Universidade de Sevilla e constituíram a EEHA – Escuela de Estudios Hispano-Americanos no início da década de 1940. A separação entre a Universidade de Sevilla e a EEHA teve lugar em 1946, propiciando aos intelectuais adstritos a ela uma definição mais clara de critérios sobre os campos de pesquisa e atuação acadêmica a serem desenvolvidos. Embora existisse a necessidade de organizar e selecionar os casos que se julgassem representativos da longa história das relações Espanha - América, ficou ressaltado no texto alusivo à *Memoria 1992-1993*, data que marcou o quinquagésimo aniversário da EEHA, que os seus interesses estavam preponderantemente ligados ao período colonial: “la Escuela ha centrado sus investigaciones en la America Colonial, hecho que se ha visto mediatizado por la riqueza documental que en este campo atesora el Archivo General de Indias” (GARCÍA, 1994:33). Tal escolha parece ter sido comum também a outros segmentos da historiografia espanhola nessas décadas, podendo-se imaginá-la como “linha oficial” dos estudos relacionados ao hispanoamericanismo, argumento que sugere como diretriz do regime franquista a construção de um projeto que se justificasse pela perspectiva épica e de

---

<sup>1</sup> Daqui a diante a Revista Estudios Americanos será identificada pela sigla REA.

4

renascimento do defunto império ultramarino espanhol. A predominância de temas de história colonial é um dado constatado quando examinamos os índices gerais publicados pela REA nas edições de 1958 e 1960. Vicens Vives assinala algo semelhante no Tomo IV da clássica edição de sua *Historia Social y Economica de España y América* de 1959, porém, atribui mais ênfase ao período de transição colônia – processos de emancipação, com direito a uma crítica sobre a hierarquização de temas:

*El estudio de la producción escrita sobre cada uno de los períodos históricos hispanoamericanos, nos permitiría apreciar que la época de la emancipación es la que acapara más obras, El amplio número de monografías, ensayos, listas de causas productoras de la independencia puestas por orden de importancia, sólo consiguen, sin embargo, impedir una visión clara de tan importante fenómeno (VICENS VIVES, 1959:514).*

É instrutivo lembrarmos que a separação entre a EEHA e a Universidade de Sevilla, e o respectivo surgimento da REA dois anos depois não significou o fim de relações profissionais entre os intelectuais de ambas as instituições. O mútuo reconhecimento, bem como o intercâmbio e a colaboração científica constantes parece que definem a tônica dessas relações até o presente. Não se descarta, todavia, o fato de que esta desvinculação representou para os intelectuais da EEHA a construção de caminhos autônomos de pesquisa, mesmo que o termo autonomia, neste sentido, pudesse sofrer de graves limitações que correspondiam ao movimento pendular, de idas e vindas ideológicas e diplomáticas que caracterizou o regime franquista já em meados da década de 1940. Mais importante, nesse momento, é identificarmos o contexto histórico de aparecimento e consolidação da REA. A compreensão dele, pela sua natureza especialmente problemática e descontínua, deve levar em consideração alguns dos antecedentes que justificaram a fundação da Revista, e principalmente, os interesses ideológicos envolvidos.

## O FRANQUISMO E A REINVENÇÃO DO IMPÉRIO

Animados pela vitória sobre a República na sangrenta guerra civil que assolou o país entre 1936-1939, os grupos golpistas de direita que conformavam o heterogêneo espectro ideológico franquista (falange filo-fascista, setores do exército, carlismo legitimista, católicos integristas e conservadores, alguns segmentos liberais) colocaram como um dos seus objetivos restituir ou resgatar a potência imperial da Espanha.<sup>2</sup> Por um lado, tal política era

---

<sup>2</sup> A bibliografia sobre a guerra civil espanhola é imensa e as narrativas contam-se aos milhares. Seria inútil, a meu ver, para os fins propostos nesse texto, assim como pela ínfima possibilidade de pleno domínio sobre este campo, arrolar a série infindável dessas narrativas que vai desde memórias de ex-combatentes de ambos os lados do conflito, relatos de políticos, jornalistas, escritores e observadores internacionais, biografias, autobiografias,

5

uma estratégia para enfrentar as animosidades externas pós guerra civil assim como reverter o eclipse da influência espanhola na Iberoamérica desde o chamado “desastre de 98”.<sup>3</sup> Quanto a este segundo aspecto, certa hostilidade das repúblicas hispanoamericanas em relação ao Império espanhol remontava aos processos de emancipação de inícios do século XIX e às guerras que se seguiram pela consolidação das independências. Alguns historiadores detalham, dentre as histórias das independências, as lutas acirradas e, por conseguinte, os ódios que foram semeados entre americanos e espanhóis (ou entre *criollos* e peninsulares) durante e depois do conflito que levou à emancipação. É elucidativo reiterar, neste sentido, que a emancipação, resultado de uma longa guerra com a Espanha, além de produzir a independência trouxe consigo “la total desvinculación política y económica entre la antigua metrópoli y los nuevos Estados y un período de alejamiento mutuo de consecuencias importantes para el futuro” (DEL ARENAL, 1994:14). Desde o século XIX, portanto, forjou-se entre as elites liberais e nas interpretações historiográficas dessas correntes o “juízo negativo dominante sobre a presença espanhola nas Américas” (BEIRED, 2009:43).<sup>4</sup> Porém, tal aspecto nessas relações já era esparsamente evidenciado bem antes do início das disputas, dizendo respeito às reformas borbônicas do século XVIII que descontentaram alguns grupos políticos, e, principalmente, amplos setores de comerciantes criollos. Isto não significa que houvesse uma separação de propósitos rígida e incontornável entre as elites *criollas* e os representantes metropolitanos. Foram, de fato, identificados vários grupos de *criollos* entre os aliados civis da Espanha. Como refere John Lynch:

*Em toda a América espanhola as guerras de independência, quando aconteceram, foram embates entre defensores e opositores civis da Espanha e em ambos os lados foram encontrados criollos. (...) Os indícios de antipatia entre criollos e peninsulares são por demais específicos para que se possa negá-los e estão por demais disseminados para que se deva desconsiderá-los. A rivalidade entre eles era parte da tensão social da época. Ela fez falar os contemporâneos, induziu os viajantes a tecer comentários, impressionou os funcionários. A burocracia*

---

ficção histórica; chegando à historiografia especializada, na ciência política, nos estudos diplomáticos, etc. De qualquer modo, sinto-me no dever de indicar ao leitor uma referência prévia e parcial contida na bibliografia ao final do texto que é do meu conhecimento e que pode servir como eixo mínimo para o estudo e apreensão da questão espanhola. Por exemplo: THOMAS (1964), PRESTON (1995, 2011), SOUTHWORTH (2011), VILLAR (1989). Uma importante e recente revisão crítica da bibliografia é desenvolvida em TAPIA (2011), bem como uma discussão sobre o encaminhamento histórico e teórico do tema da guerra civil é abordada em MALEFAKIS (2006).

<sup>3</sup> O assim designado pelos espanhóis “desastre de 98” refere-se à perda dos resíduos coloniais de territórios ultramarinos (Cuba, Porto Rico e Filipinas) na rápida e humilhante derrota contra os Estados Unidos na guerra de 1898.

<sup>4</sup> Retomaremos a questão no item sobre a relação entre intelectuais e a organização temática da REA.

6

*espanhola estava consciente da divisão e assim também os americanos (LYNCH, 2009:47)*

Evidentemente que passados cento e trinta anos o ideário franquista pós guerra civil não se resumia à questão de recuperação do imaginário hispânico, como se dele emergisse uma quimérica utopia voltada ao passado. A retórica franquista além de passar por essa preocupação, também obedecia a razões práticas e tinha uma dupla face. Em relação à Europa, fortalecer as alianças do franquismo com o nazi-fascismo. Este fator situado na ordem de interesses militares havia sido absolutamente necessário para que os nacionalistas de Franco obtivessem a vitória na guerra civil, a partir do aberto apoio logístico dos regimes de Mussolini e Hitler. Estudos biográficos recentes publicados no Brasil sobre Franco (BACHOUD, 2011) e Mussolini (MILZA, 2011) somente reforçam algo que, embora de senso comum na historiografia, é, por isso mesmo, de central importância lembrar. Na biografia do fascista italiano, por exemplo, Pierre Milza divulga números do contingente bélico de auxílio enviado pela Itália aos franquistas:

*Em março de 1937, quatro divisões italianas estavam presentes na Espanha: três da Milícia e uma do exército regular, ou seja, cerca de 70 mil homens comandados pelo general Roatta, aporte não desprezível, considerando-se que, nessa data, Franco não conseguira alinhar mais que 250 mil homens. Juntavam-se a esse auxílio em efetivos o considerável fornecimento de material de guerra: 2 mil canhões, 10 mil metralhadoras, 250 mil fuzis, milhares de veículos e blindados ligeiros, assim como o apoio da aviação e da marinha italiana (90 navios de guerra, dos quais numerosos submarinos que atacavam sem aviso prévio e afundavam todo navio neutro suspeito de abastecer a Espanha republicana) (MILZA, 2011:253).*

Em relação à Iberoamérica a Espanha franquista esperava estreitar gradativa mas definitivamente os laços culturais e “espirituais” por meio de uma política que remetesse à ideia nostálgica de grande império, a uma unidade de destino comum fundamentada no tríplice vínculo “raça, língua e religião”; fomentar tratados de solidariedades políticas e econômicas com os países que formaram no passado suas ex-colônias, e, sobretudo, angariar apoio diplomático para um regime que no contexto imediato ao final da guerra civil gozava de pouca simpatia da comunidade internacional sendo objeto de recriminações e sanções.<sup>5</sup> Essa “vontade de império” materializou-se em algumas ações sob iniciativa do Ministério de Relações Exteriores de Franco, a comando de Serrano Suñer, ministro do Exterior do regime e oriundo das fileiras da FET (Falange Española Tradicionalista), o movimento fascista que foi,

<sup>5</sup> Ressalte-se que as animosidades em relação ao regime espanhol permaneceram vigentes entre parte da comunidade internacional mesmo depois da segunda guerra mundial. Consulte-se sobre o tema, e sobre a posição do Brasil a respeito da “questão espanhola”: SOUZA (2009:84-104).

7

ao lado do exército e da influente e poderosa hierarquia eclesiástica católica o maior ponto de sustentação do regime durante boa parte de sua vigência. Em dezembro de 1940 era criado o *Consejo de la Hispanidad*, esta última, a terminologia sacralizada pelos intelectuais adeptos da aliança conservadora hispanoamericanista sob liderança “espiritual” da Espanha, e que acabaram por consolidar o constructo conceitual em ambas as orelhas do Atlântico. É imprescindível recordar que a hispanidade, como todo o seu acervo de símbolos e mitologias políticas já expressava bem antes da guerra civil uma grande narrativa legitimadora de uma *Universitas hispanorum*. Reflexões fundadoras desses laços indissolúveis entre Espanha e América cujo cerne é o tema da hispanidade são encontradas em obras do século XIX, como o *Idearium Español* de Angel Ganivet (1865-1898), texto publicado, salvo enganos, em 1898; ou na influência decisiva das obras de história e crítica literária de Marcelino Menéndez Pelayo (1856-1912), dentro de uma vertente católica, e precursora de uma duradoura tradição intelectual que norteou as interpretações das ciências sociais e humanas contidas nas ideologias de direita na Espanha do século XX. Com efeito, alguns dos textos fundamentais que radicalizam com um brusco giro à direita a versão de hispanidade são de Ramiro de Maeztu (1875-1936) publicado em 1934, ou a trilogia da hispanidade produzida entre 1938 e 1942 pelo filósofo convertido ao catolicismo Manuel García Morente (1886-1942). Em juízo inicial, essas narrativas testemunham a preocupação dos autores em circunscrever uma fenomenologia da hispanidade que pudesse servir de argumento político, ideológico e religioso aos grupos mais conservadores e reacionários da sociedade espanhola sobre as bases de sua reaproximação com a Iberoamérica. Isto motivaria, igualmente, a significativa plêiade de intelectuais iberoamericanos de extração conservadora, ávidos, talvez, de projetos que pudessem ser aplicados e desenvolvidos na disputa com seus adversários políticos na Iberoamérica: socialistas, liberais e panamericanistas. Como consequência, o *Consejo de la Hispanidad*, malgrado sua efêmera existência, foi concebido como o instrumento político encarregado de “llevar adelante la idea de Hispanidad y de enlazar la nueva Europa fascista y América a través de la España franquista” (DEL ARENAL, 1994: 35). O impulso ao estreitamento de relações Espanha-América sob a égide da hispanidade foi especialmente intensificado no início do regime franquista, mas não é uma invenção dele, senão um instrumento. Originalmente, este impulso parece nascer sob a terminologia do hispanoamericanismo, mas dela tende gradativamente a separar-se. Entendido como objetivo

8

político de reforçar e desenvolver o reconhecimento da importância mútua que havia no arcabouço cultural das relações da Espanha e dos países americanos, o hispanoamericanismo apresentou muitas variáveis e sua cronologia respondeu tanto às vertentes liberais quanto às mais conservadoras. Mas é somente talvez a partir da ditadura de Primo de Rivera na década de 1920 e mais ainda com o franquismo que, evoluindo para direções que descaracterizaram sua gênese, atingiu progressivamente uma versão radical, filo-fascista, intransigente, espiritualista e nostálgica das “injustas” perdas de riquezas imperiais pretéritas, e da necessidade de reavê-las fosse na dimensão simbólica quanto material. Num dos trabalhos mais bem argumentados sobre as grandes variáveis conceituais do hispanoamericanismo, Isidro Sepúlveda destaca as hipóteses sobre o lugar atribuído à hispanidade e as formas independentes que este pensamento teria adquirido:

*en primer lugar, que la hispanidad nació como evolución radical, pseudofilosófica y fascista del hispanoamericanismo conservador, adaptando sus planteamientos al contexto nacional e internacional de los años treinta; en segundo orden se sostiene quem a pesar de ese origen, el hispanoamericanismo y la hispanidad acabaron siendo cosas muy diferentes, por lo que que no se puede hablar de semejanza, ni mucho menos de culminación, sino de transposición de intereses desde la política exterior y el nacionalismo a la filosofía de Estado y la metahistoria (SEPÚLVEDA, 2005:159-160).*

No tocante à política exterior mencionada por Sepúlveda a atitude de não beligerância do franquismo durante a segunda guerra contrastou com o envio de tropas auxiliares do nazismo na frente russa, a famosa “División Azul”; mas, logo ao final de 1942 o regime espanhol teve que garantir sua sobrevivência política com uma mudança fundamental de rumos ideológicos. Essa reorientação resultou na adoção de uma dupla atitude: interna, culminando na demissão do pró-nazista Serrano Suñer; e no âmbito externo na tentativa infrutífera de atuar como protagonista de um projeto de paz. Desde que aceito de modo relativo e cauteloso, o início do fim do isolamento espanhol fruto do “pecado original” baseado na aliança com o nazi-fascismo somente começou a encontrar um termo em meados da década de 1950, quando da integração gradativa a uma comunidade internacional com apoio dos Estados Unidos e sob influência evidente da atmosfera da guerra fria. A Espanha começaria a representar ali, o último baluarte do mundo atlântico contra a penetração do comunismo e da subversão revolucionária. Na década anterior, contudo, e no que tange às suas relações com a Iberoamérica, a política espanhola já operava ajustes importantes. Em 1946, o *Consejo de la Hispanidad* deu lugar ao Instituto de Cultura Hispânica, como nítido movimento de matização do discurso radicalizado. Enquanto o *Consejo* “se erigió como institución impulsora de la

9

unidade de los Pueblos hispánicos, en torno al espíritu de la Hispanidad como ideal común” (CUEVAS, 2000:374), o Instituto financiou o aparecimento de importantes publicações como as revistas *Cuadernos Hispanoamericanos*, *Mundo Hispánico* e *Correo Literario*. Também estabeleceu os prêmios anuais “Cultura Hispánica” para estudos cujos temas versassem sobre literatura, história, geografia, cinema, periodismo iberoamericanos, patrocinou congressos hispanoamericanos “y concedió becas para ampliar estudios en España a los intelectuales americanos” (CUEVAS, 2000:374). É neste âmbito de interesses que podemos situar a REA como mais um produto que viria a reforçar a atenção dos intelectuais na construção de uma determinada visão e realidade históricas da Iberoamérica sob um critério, por assim dizer, hispânico. Pode-se indagar, por exemplo, até que ponto refluíu a postura intransigente e restritiva no tocante a uma espécie de “destino manifesto” contido na hispanidade com as novas exigências colocadas na relação Espanha-América? No item que segue procuramos esboçar uma compreensão desses problemas apresentando um quadro geral dos interesses temáticos da REA e de como se organizavam seus agrupamentos intelectuais. Nossas evidências se ancoram em duas tipologias de textos: o artigo publicado em 1954 e assinado pelo intelectual argentino Raúl A. Molina do Instituto Ruy Díaz de Gúzman (Buenos Aires), e o Índice Geral da REA publicado em 1958, no aniversário de dez anos da publicação.

### **INTELECTUAIS, HISPANIDADE E A ORGANIZAÇÃO DA REA: BREVES NOTAS DE PESQUISA**

Entre 1954 e 1961, a REA teve a presidir seu Conselho de Redação o catedrático Vicente Rodríguez Casado (1918-1990), especialista em história colonial e história do império espanhol ultramarino. Foi um dos fundadores, em Barcelona no ano de 1943 da Revista *Arbor*, ligada à organização *Opus Dei*. Rodríguez Casado também participou como co-fundador e depois reitor da Universidad Hispanoamericana de Santa Maria de La Rábida.<sup>6</sup> A menção ao nome de Rodríguez Casado já antecipa a orientação temática que governa a produção de conhecimento histórico da REA nessa época: a exortação dos vínculos do império espanhol com suas colônias americanas. Aliás, a história da direita espanhola, se apreendida à luz de uma história das revistas culturais do período franquista vem a demonstrar o uso reiterado e instrumental que se faz do “século de ouro” e da Espanha dos reis católicos Carlos I e Felipe II, “al lado de críticas absolutas contra el siglo XVIII, la Ilustración y el

<sup>6</sup> Sobre a trajetória intelectual detalhada de Rodríguez Casado cf.: RODRIGUEZ (1995).

10

liberalismo” (CUEVAS, 2005:177-178). Estes últimos, talvez equivalessem aos processos de reforma social e laicização que a Segunda República produziu no início da década de 1930. É bem verdade que a expressão “colônia”, não raras vezes, tenha sido interpretada como rótulo infamante por aqueles que se reuniam em torno à REA, assim como chegou a preocupar segmentos conservadores da intelectualidade iberoamericana.<sup>7</sup> Pode-se referir, com efeito, o estabelecimento de uma luta de classificações pela posse do vocabulário político e por uma escrita da história mais adequados para circunscrever positivamente a conquista espanhola e deslegitimar a “leyenda negra”, considerada a obra de falsidade histórica dos inimigos da Espanha. Este único exemplo é operacional para as nossas generalizações: no texto que abriu a edição de n. 32 da REA, *España en la Historiografía argentina* (MOLINA, 1954:362-382), é produzido um apaixonado comentário que enumera, desde meados do século XIX, os interessados em desqualificar o papel da Espanha no processo colonial. O problema matriz do texto era indagar como se formara o conceito negativo de “*esta mal llamada Epoca Colonial*”<sup>8</sup> (MOLINA, 1954:363) e como nascera a legenda de ódio na Historiografía Argentina e sua gravitação no ensino de várias gerações? Maniqueísta, a narrativa divide a história das relações hispanoamericanas fundamentada sob o pensamento de duas correntes historiográficas rigidamente separadas. Primeiro, a Escola Liberal, a qual Molina define como “Escola Afilosofada”, de profunda tendência liberal e estrangeirizante, hispanofóbica, que renegava três séculos de trabalho e formação cultural e via a Espanha como “madre decrepita y tirana” (MOLINA, 1954:363). Seus representantes mais notórios? Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutierrez, Andres Bello, Juan Agustín García e “uno de los más nefastos”, José Ingenieros. Cronologicamente, os princípios fundamentais da Escola Afilosofada eram situados em 1852, depois da queda do caudilho Juan Manuel de Rosas, quando muitos políticos e intelectuais retornam do exílio trazendo na bagagem espiritual as novas ideias da filosofia liberal:

*Fueron sus principios fundamentales en historia, la exaltación de la Revolución Emancipadora y un culto a todo lo extranjero, singularmente lo francés, lo inglés y lo estadounidense, y en consecuencia cultivó particularmente todo lo relacionado con la leyenda negra, como justificación y explicación de aquélla (...) Desde*

<sup>7</sup> Este é o caso, para limitarmos a dois exemplos, do historiador e jurista argentino Ricardo Levene, autor de *Las Indias no eran colonias* (1951). No Brasil, temos a representar essa linha de interpretação o jurista e intelectual católico José Pedro Galvão de Sousa que na edição póstuma de seu Dicionário de Política (GALVÃO DE SOUSA, 1998:104-106) dedica o verbete “colonialismo” para rechaçar a ideia de que as possessões espanholas na América possam ser categorizadas como “colônias”.

<sup>8</sup> Sem grifo no original.

*entonces creció aquel proceso contra España y fueron lugares comunes del dicerio, la tiranía, la Inquisición, la ignorancia, la explotación del indio, etc., aunque en el fondo, simples creaciones filosóficas hechas con propósitos eminentemente políticos, hasta llegar a su reacción máxima en el Dr. Juan Agustín García, que las lleva al terreno de la Sociología en su famosa Ciudad Indiana publicada en el año 1900. (...) Fué en definitiva quien gravó con mayor nitidez los prejuicios de la leyenda negra universal, afirmando además otra propia y nacional con mil fábulas que arrancó a su imaginación. Creía, como todos los hombres de su generación, que todos los males que afectaban a nuestra evolución histórica se debían exclusivamente a España... (MOLINA, 1954:369-374).*

É importante lembrar que nessa passagem, embora Molina seja específico quanto a um aspecto particular da historiografia argentina, o exemplo é intercambiável e ampliado para outros processos que marcaram o episódio das independências iberoamericanas. O elemento transnacional que preside os fenômenos de interpretação, circulação e apropriação dos ideários é, assim, uma via de mão dupla, servindo tanto ao “subjativismo” dos liberais, quanto ao conteúdo de objetividade e verdade que emerge da outra corrente vista na sequência. Neste sentido, não somente em Molina, mas em outros colaboradores da REA é nítida a preocupação em generalizar o caráter nefasto das interpretações inspiradas por um liberalismo à europeia e que depreciam o papel desempenhado pela Espanha. Por consequência, o que ocorreu na Argentina apresenta um ponto de contato formativo comum às outras nações do continente, superando o mero registro local.<sup>9</sup> A segunda corrente examinada por Molina leva a designação de Escola Científica ou Hispânica e se constitui em reação contra a tendência antihispanista imposta pelos “afilosofados”. Molina situa como o fundador dessa corrente Manuel Ricardo Trelles (1821-1893), que em 1867, como Diretor do Arquivo Geral de Buenos Aires teria insistido junto ao governo central sobre a urgência de revisar a história pátria e demolir, sob a sua ótica, as falsas apreciações da história da Espanha na América. Junto com Trelles, teriam se engajado no projeto revisionista Mitre, Quesada, Madero e Groussac. No início da década de 1870, constatou-se entre os defensores dessa vertente que as informações históricas e os repositórios documentais na Argentina eram escassos para uma revisão histórica conveniente aos interesses do grupo, mas, sobretudo, que as “verdadeiras provas históricas” teriam de ser localizadas nos arquivos espanhóis, principalmente no Arquivo Geral das Índias em Sevilla:

*es a Gregorio de Quesada a quien cabe el honor de haber sido el primer delegado oficial que se traslada a España en 1873, para hacer la investigación documental... Otras importantes obras surgen de su pluma, poniendo al descubierto las*

<sup>9</sup> Molina cita Chile e Peru como países que teriam sido influenciados pelas narrativas que desqualificam a Espanha.

12

*imponderables reservas documentales que surgían de aquellos repositorios (MOLINA, 1954:377).*

Para sua afirmação, a Escola Científica ainda teria empreendido uma acirrada batalha intelectual contra o afrancesamento da cultura portenha no primeiro quarto do século XX. Parte dessa batalha foi ganha pela volta definitiva dos pesquisadores aos arquivos da “madre pátria”, ação intelectual que propiciou não somente o conhecimento mais íntimo do passado remoto, mas consolidou, de acordo com Molina, as bases de um movimento comum, de ampliação do ambiente universitário, e intercâmbios que reunindo intelectuais argentinos e espanhóis teriam culminado na declaração do *Dia de La Raza*, em 12 de outubro de 1917, que anos mais tarde se metamorfoseia na *Fiesta de la Hispanidad*:

*Las investigaciones que llevan a cabo desde entonces en el Archivo de Indias a cargo del Sr. Torre Revello, R. P. Furlong, Fernández Díaz, Lafuente Machaín, el Contralmirante Ratto, y de otros muchos historiadores ilustres, que desde entonces acá suman más de treinta sus nombres. (...) Nuevas corrientes, nuevos hombres y nuevas lumbres del pensamiento español asománse en Buenos Aires. (...) Mientras tanto, la reacción historiográfica había llegado a establecer índices reveladores de la búsqueda y grandes publicaciones en serie se copiaban en España. (MOLINA, 1954:380-381).*

Faziam parte desse consórcio de “historiadores ilustres” e homens de letras Eugenio D’Ors, Blasco Ibañez, Américo Castro, o filósofo Manuel García Morente, um dos mais notórios sistemáticos da hispanidade. Molina reivindicava, por fim, a reinauguração de um possível “nuevo milagro, una nueva Edad de Oro, esta vez hispanoamericana” prefigurando “a los últimos vestígios de los antiguos miembros de la Escuela Afilosofada, cuyo recuerdo ocultan aún en forma vergonzante, pero que sin duda desaparecerá para siempre” (MOLINA, 1954:382). Uma mirada mais atenta nos índices gerais da REA publicados em 1958, ano que corresponde à primeira década de sua existência parece produzir uma hipótese não necessariamente explícita ao longo do texto e ainda carente de comprovação: a equivalência entre idade do ouro da Espanha nas Américas com a necessidade de invenção de uma idade de ouro franquista. A ela pode-se aditar outra hipótese mais visível: a presença do tema da hispanidade como pilar programático da REA. As edições 80 e 81 do bimestre maio/junho de 1958 são dedicadas exclusivamente a esclarecer ao leitor o acervo de autores, estudos, seções temáticas e temas-chave reunidos pela REA na década 1948-57. A publicação do Índice Geral parece corresponder aos viés definidor que caracteriza as revistas culturais como “pequenas sociedades de pensamento” conforme a referência de início deste artigo. Na explanação de motivos para a publicação do Índice Geral, os editores da REA exaltavam a satisfação de ver

13

coroad a momentânea aspiração que representavam os setenta e cinco números de “una revista americanista destinada a un selecto y reducido núcleo intelectual” (REA, 1958:11). Dividido em três partes, o Índice Geral compreendia: na primeira parte, ordenada cronologicamente, a totalidade dos sumários, integralmente reproduzidos; a segunda parte organizava em ordem alfabética, os autores que colaboraram com a REA no primeiro decênio; e a terceira parte, mais extensa e de preparação mais laboriosa era uma classificação de matérias, também em ordem alfabética, partindo de uma palavra inicial que mais facilmente pudesse ser buscada como chave para quem desejasse consultar o índice. No levantamento realizado, que por evidente limitação física desse texto é bastante parcial, porém, revelador dos interesses da REA, identificamos a predominância de uma unidade de tempo circunscrita entre os séculos XVI e XIX, e uma unidade de espaço que privilegia obviamente o circuito Espanha-América. No interior desses dois grandes recortes espaço-temporais, as temáticas históricas ocupam um interesse mais pronunciado destacando-se: história da conquista, história dos descobrimentos, história da igreja e das missões evangelizadoras, história da independência, história pré-hispânica, história republicana, história dos vice-reinados, indigenismo, imigrações, integração racial na época colonial, legislação das Índias. Outra constatação importante é a presença do tema da hispanidade a perpassar o núcleo diretor dos textos, seja na apropriação filosófica, quase sempre a cargo dos artigos produzidos por Francisco Guil Blanes; seja como referência obrigatória que legitima a configuração identitária do grupo social hispanoamericano. De modo que a recorrência à hispanidade reflete a polissemia do termo e os muitos empregos que recobrem a operacionalidade conceitual advinda de suas origens. A hispanidade pode ser apreendida como grande unidade de análise cultural ligada tanto ao “fator idiomático y religioso fundamentalmente; y otra de carácter ideológico que, si bien se relaciona con la primera, lo hace desde una concepción tradicionalista de la Historia” (MAS, 2011:181). Além de não invalidar a conexão entre os dois âmbitos, visto que não se excluem, o argumento de Cañellas Mas tem a seu favor chamar a atenção para o conteúdo revisionista que fundamenta produtos culturais como a REA. Ora, alguns colaboradores eventuais da REA indicam, mesmo que colateralmente, para o compromisso que firmaram no seu percurso intelectual com as ideologias de direita, com o fenômeno da hispanidade e do nacional-catolicismo. Marcam presença o teólogo espanhol Raimundo Pániker (1918-2010), membro da *Opus Dei* até 1960; o nacionalista argentino Julio

14

Irazusta (1899-1982), influenciado pelos textos de Ramiro de Maeztu e por Charles Maurras; o peruano Miguel Maticorena Estrada (1926), discípulo de Raúl Porras Barrenechea (1897-1960), um dos ideólogos peruanos da hispanidade, que por sua vez foi decisivamente influenciado pelo pensamento de Manuel García Morente; e o espanhol Florentino Pérez Embid (1918-1974), ativo censor dos aparelhos políticos do franquismo na década de 1950 e membro da organização *Opus Dei*. Resta finalizar apontando que os desdobramentos posteriores possíveis a serem atingidos se inscrevem na verticalização ou especificidade da REA e seus divulgadores quanto aos compromissos mais próximos que estabeleceu com intelectuais da extrema-direita iberoamericana. Recentemente, muitas das nossas proposições quanto ao papel das revistas culturais na conformação das ideologias de direita na cultura política em questão encontraram respaldo em GALVÁN (2012). A autora estudou o desempenho de políticos e intelectuais nacionalistas argentinos nas representações da revista *Azul y Blanco*, demonstrando, através de fortes indícios e sensibilidades contidos no projeto da publicação que o fenômeno da hispanidade e o inventário de valores que dele se desdobra (autoritarismo, nacional-catolicismo, revisionismo nostálgico, hispanoamericanismo intransigente) podem ser continuamente reafirmados como objetos capazes de reconstituição compreensiva e crítica histórica sistemática no que se refere aos mais amplos percursos da intelectualidade aqui dimensionada.

## REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos. (Ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina I*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008.

\_\_\_\_\_. (Ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz, 2010.

BACHOUD, Andrée. *Franco*. Trad. de Miguel Albuquerque. São Paulo: Babel, 2011.

BEIRED, José Luis Bendicho. O hispano-americanismo historiográfico: Espanha e América na perspectiva de Ricardo Levene e Rafael Altamira. *História Unisinos* 13 (1): 43-53, Janeiro/Abril 2009.

CUEVAS, Pedro Carlos González. *Historia de las derechas españolas*. De la Ilustración a nuestros días. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

\_\_\_\_\_. *El pensamiento político de la derecha española en el siglo XX*. De la crisis de la Restauración al Estado de partidos (1898-2000). Madrid: Editorial Tecnos, 2005.

15

DEL ARENAL, Celestino. *La política exterior de España hacia Iberoamérica*. Madrid; Editorial Complutense, 1994.

*ESTUDIOS AMERICANOS* – Revista de La Escuela de Estudios Hispanoamericanos, Sevilla, n. 80-81, Índice Geral, mayo – junio 1958.

GALVÁN, María Valeria. *Publicaciones periódicas nacionalistas de derecha*. Las tres etapas de Azul y Blanco. [Azul Blanco 1956-1960. Segunda República 1961-1963, Azul y Blanco – segunda época – 1966-1969]. Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Doctorado en Historia, La Plata, 2012, 370 p.

GALVÃO DE SOUSA, José Pedro; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

GARCÍA, J. Raúl Navarra. (Ed.). *Escuela de Estudios Hispano-Americanos* – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) – Memoria 1992-1993. Sevilla: Publicaciones de La Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1994.

GONÇALVES, Marcos. Nostalgia e Exílio: o intelectual católico Galvão de Sousa e a ideia de “hispanidade”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 55, p. 111-135, jul/dez 2011, Editora UFPR.

LYNCH, John. As Origens da Independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*, volume III. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 19-72.

MAEZTU, Ramiro de. *Defensa de la Hispanidad*. Buenos Aires: Ediciones Thau, 1986.

MALEFAKIS, Edward. Perspectivas históricas e teóricas de la guerra. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). *La guerra civil española*. Madrid: Taurus, 2006, p. 11-43.

MAS, Antonio Cañellas. La técnica ao Servicio de la Hispanidad: un proyecto tradicionalista. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *América y la Hispanidad*. Historia de un fenómeno cultural. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2011, p. 181-208.

MILZA, Pierre. *Mussolini*. Trad. Gleuber Vieira e Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MOLINA, Raúl A. España en la Historiografía argentina. *Estudios Americanos* – Revista de La Escuela de Estudios Hispanoamericanos – Sevilla, n. 32, p. 362-382, mayo 1954.

MORENTE, Manuel García. *Idea de la Hispanidad*. Madrid: Espasa-Calpe, 1961.

\_\_\_\_\_. *Ideas para una filosofía de la historia de España*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A., 1957.

\_\_\_\_\_. *El Pontificado y la Hispanidad*. Madrid: Espasa-Calpe, 1961.

PRESTON, Paul. *Franco: a biography*. London: Fontana Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Franco: Caudillo de España*. Trad. española de Teresa Camprodón y Diana Falcón. Barcelona: Grupo Editorial Random House Mondadori, 2011.

RODRÍGUEZ, Fernando F. (Ed.). *El espíritu de La Rábida: El legado cultural de Vicente Rodríguez Casado*. Madrid: Unión Editorial, 1995.

SEPÚLVEDA, Isidro. *El sueño de la Madre Patria*. Hispanoamericanismo y nacionalismo. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2005.

SOUTHWORH, Herbert R. *El mito de la cruzada de Franco*. Trad. Ana María Pérez. Barcelona: Grupo Editorial Random House Mondadori, 2011.

SOUZA, Ismara Izepe de. O Brasil diante da questão espanhola na ONU (1946-1950). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.35, n. 2, p. 84-104, jul/dez 2009.

TAPIA, Albert Reig. A Guerra Civil Espanhola: Historiografia e Revisionismo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). *Guerra Civil Espanhola 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 17-48.

THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola* – 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VILLAR, Pierre. *A guerra da Espanha 1936-1939*. Trad. Regina Célia Xavier Freira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIVES, Vicens J. (Ed.). *Historia Social y Economica de España y America*. Tomo IV: Burguesia, Industrialización, Obrerismo. Barcelona: Editorial Teide, 1959.